

Choque heterodoxo é rechaçado por Sayad

31 JAN 1986

Economia Brasil

O ministro do Planejamento, João Sayad, voltou a rechaçar ontem a adoção do choque heterodoxo para derrubar a inflação brasileira. O Ministro garantiu estar fora de propósito, no âmbito do governo, qualquer proposta de reforma monetária e congelamento de preços e salários.

O choque heterodoxo, já defendido pelo secretário-geral do Ministério do Planejamento, Andréa Calabi, e pelo assessor-econômico do Ministério da Fazenda, Luis Gonzaga Beluzzo, vem sendo reiteradamente sugerido por economistas do setor privado como o único instrumento viável, a esta altura, para evitar a explosão inflacionária.

Porém, Sayad insiste que o governo não tem nenhum interesse em reativar um processo recessivo na economia brasileira. Continuará estimulando os investimentos do setor privado, e limitará "as pauladas" ao setor público. A ordem do presidente Sarney, de cumprir com "mão de ferro" os orçamentos públicos, segundo Sayad, é para ser cumprida à risca.

O ministro do Planejamento voltou a defender, ontem, a proposta de que se torna necessário um amplo acordo nacional para o estabelecimento de um grande programa de reformas econômico-sociais. Esse acordo nacional teria a característica, portanto, de ser bem mais amplo do que o acordo conjuntural antiinflacionário.

O Ministério do Planejamento já recebeu um estudo de pacto social tendo como paradigma o "Brasil 2.000", elaborado pelo professor Hélio Jaguaribe e encomendado pelo presidente da República. Jaguaribe adverte, na primeira parte do estudo, que se torna urgente e prioritário a adoção de um pacto social para reduzir as disparidades de renda. E que esse pacto pode ser feito independente do acordo conjuntural em torno de preços e salários.

Corte

João Sayad, afirmou ainda que desde o dia primeiro deste mês o governo

não autoriza repasse de verbas para os Estados e Municípios que acumulam uma dívida, junto ao Governo Federal, de US\$ 2,5 bilhões, sendo US\$ 1,2 bilhão das empresas estatais e públicas. As únicas exceções foram a Secretaria de Assuntos Comunitários — recentemente instalada — e o Conselho de Segurança Nacional que receberam cada um Cr\$ 50 bilhões, porque o governo assumiu o compromisso de repassar esses recursos, ainda no ano passado, do item Reserva de Contingência.

A exemplo do que o Brasil vem fazendo com a sua dívida externa, o ministro João Sayad entende que os Estados e Municípios devem negociar seus débitos pagando os juros e rolando o principal, porque o "governo não pretende abrir suas torneiras, visto que a situação está complicada", justificou.

Ao adiantar que o governo começa a adotar medidas traumáticas — com a reforma financeira aprovada, ontem, pelo Conselho Monetário Nacional — o ministro Sayad destacou que as autoridades econômicas governamentais não provocarão a recessão para prejudicar a iniciativa privada. "A paulada — disse — vai descer é sobre o setor público".

Política antiinflacionária

O ministro do Planejamento está convicto de que as medidas, anunciadas, de combate à inflação e a política de controle dos preços darão resultados, visão da qual também comungam, segundo disse, técnicos do Banco Mundial.

Sayad reafirmou que os recursos alocados na rubrica "Reserva de Contingência" estão todos comprometidos com o pagamento dos salários dos funcionários públicos e das estatúas, não podendo ser retirados para outras finalidades, como as situações de emergência e seca, que, de agora em diante, contarão apenas com Cr\$ 1,5 trilhão do Fundo Especial.

JOÃO SAYAD